

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO IPLANRIO



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A – IPLANRIO

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS E PRINCÍPIOS REITORES

CAPÍTULO I - DO OBJETO E DA FINALIDADE

Art. 1º O presente Regimento Interno tem por finalidade regulamentar os princípios, a estrutura, as formas de atuação e o funcionamento do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Informática S/A – IplanRio, bem como as regras de sua organização, as normas de conduta de seus membros e o relacionamento entre o Conselho e os demais órgãos da Administração. Sua aplicação observará o disposto no Estatuto Social da Empresa, na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na legislação municipal aplicável e nos princípios das melhores práticas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos.

Parágrafo único. A atuação do Conselho de Administração será pautada pela busca da máxima transparência, eficácia, supervisão e controle, sempre em alinhamento com o interesse social e a função social da Empresa, qual seja, "facilitar a vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas inovadoras, ágeis e seguras, contribuindo para a eficiência do setor público".

CAPÍTULO II - DA BASE NORMATIVA E INTERPRETATIVA

Art. 2º Este Regimento Interno é um instrumento de governança subordinado e deve ser interpretado em conformidade com a seguinte hierarquia normativa:

I - Legislação Federal, em especial a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);

II - O Estatuto Social da IplanRio, aprovado em Assembleia Geral;

III - Os Decretos Municipais que regulamentam a matéria, notadamente o Decreto Municipal nº 44.698, de 29 de junho de 2018;

IV - As deliberações da Assembleia Geral dos Acionistas.

Parágrafo único. Nos casos omissos ou que suscitem dúvida interpretativa, serão utilizados como guia suplementar os princípios e as melhores práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), visando sempre à perenidade e ao desempenho

sustentável da organização.

CAPÍTULO III - DA MISSÃO E DOS PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho de Administração tem como missão primordial ser o guardião do objeto social, dos valores e do sistema de governança da Empresa, protegendo e valorizando seu patrimônio, definindo o direcionamento estratégico e zelando pela sua sustentabilidade e perenidade em uma perspectiva de longo prazo.

Art. 4º No exercício de sua missão, o Conselho de Administração deverá estabelecer a orientação geral dos negócios da Empresa e decidir sobre questões estratégicas, observando os seguintes princípios e diretrizes:

I - Promover e observar o objeto social da Empresa, assegurando que suas atividades contribuam para a modernização e eficiência da Administração Pública Municipal;

II - Zelar pelos interesses do acionista controlador, o Município do Rio de Janeiro, sem perder de vista os interesses legítimos das demais partes interessadas, incluindo cidadãos, empregados e fornecedores;

III - Assegurar a sustentabilidade da Empresa, incorporando considerações de ordem ambiental, social e de governança (ESG) na definição de suas estratégias, negócios e operações, em linha com as melhores práticas de mercado;

IV - Adotar os melhores esforços para que a Empresa seja administrada por uma Diretoria Executiva composta por profissionais qualificados e de reputação ilibada, promovendo uma estrutura de gestão ágil e eficaz;

V - Formular diretrizes para a gestão da Empresa que se reflitam no planejamento estratégico, nos planos de negócios e no orçamento anual, monitorando sua execução, de forma alinhada e coordenada com o Planejamento Estratégico da Prefeitura e seus demais instrumentos de planejamento;

VI - Monitorar e avaliar a atuação da Diretoria Executiva, garantindo que as estratégias e diretrizes sejam efetivamente implementadas, sem, contudo, interferir em assuntos da gestão operacional cotidiana;

VII - Prevenir, identificar e administrar situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões, dentro de suas competências estatutárias e legais, assegurando que o interesse da Empresa sempre prevaleça em todas as deliberações.

TÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO, INVESTIDURA E MANDATO

CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, composto por 5 (cinco) membros efetivos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, em conformidade com o artigo 25 do Estatuto Social da Empresa.

Art. 6º É garantida a participação de 1 (um) representante dos empregados, escolhido pelo voto direto dos mesmos, em eleição específica para este fim, sendo vedada sua recondução para o período imediatamente sucessivo, conforme disposto no § 2º do artigo 25 do Estatuto Social.

Art. 7º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente da Empresa não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, em observância às melhores práticas de governança corporativa e à segregação de funções entre a supervisão estratégica e a execução.

Art. 8º O Presidente do Conselho de Administração será eleito pelos seus pares, por maioria simples, na primeira reunião ordinária que se seguir à eleição do colegiado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO II - DA INVESTIDURA E POSSE

Art. 9º Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus respectivos cargos no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da eleição, mediante a assinatura dos seguintes documentos, que constituem o dossiê de posse:

I - Termo de Posse, lavrado no livro de "Atas de Reuniões do Conselho de Administração", que deverá conter a indicação de domicílio para recebimento de citações e intimações, nos termos do § 1º do artigo 16 do Estatuto Social;

II - Declaração de Desimpedimento, atestando o preenchimento dos requisitos legais e a ausência de vedações previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Municipal nº 44.698/2018;

III - Termo de Adesão e Conhecimento ao Código de Conduta e Integridade da Empresa;

IV - Termo de Confidencialidade e Não Divulgação, comprometendo-se a manter sigilo sobre as informações estratégicas e privilegiadas a que tiver acesso em razão do cargo;

V - Termo de Adesão ao presente Regimento Interno, declarando conhecimento e compromisso com suas normas.

Art. 10. Os conselheiros deverão manter seus dados cadastrais e declarações anuais de bens atualizados junto à Secretaria do Conselho, bem como prestar quaisquer outras informações exigidas pela legislação

vigente.

CAPÍTULO III - DO MANDATO, VACÂNCIA E LICENÇA

Art. 11. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, conforme estabelecido no artigo 26 do Estatuto Social.

Parágrafo único. Atingido o limite de reconduções, o retorno do conselheiro ao cargo somente poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão (dois anos).

Art. 12. A vacância do cargo de conselheiro ocorrerá por renúncia, destituição, perda de mandato, impedimento legal comprovado ou falecimento.

§ 1º No caso de vacância, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, que elegerá o novo membro para completar o prazo de gestão.

§ 2º Se ocorrer a vacância da maioria dos cargos, deverá ser convocada Assembleia Geral para proceder a uma nova eleição de todo o colegiado.

§ 3º A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente. Em caso de ausências ou impedimentos eventuais, o colegiado deliberará com os membros remanescentes, desde que haja quórum.

Art. 13. O pedido de renúncia deverá ser formalizado por meio de carta endereçada ao Presidente do Conselho de Administração, que providenciará sua formalização em ata.

Art. 14. Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos conselheiros. A licença ao próprio Presidente será concedida por deliberação da maioria dos demais membros.

TÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

CAPÍTULO I - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 15. Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das atribuições previstas no artigo 142 da Lei nº 6.404/1976 e das demais competências legais, as atribuições fixadas no artigo 29 do Estatuto Social da Empresa e na Lei nº 13.303/2016, cabendo-lhe especialmente:

I - Fixar a orientação geral e a estratégia de médio e longo prazo dos negócios da Empresa;

II - Eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixar-lhes as atribuições e supervisionar sua gestão;

III - Fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Empresa, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos relevantes;

IV - Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nos casos previstos em lei;

V - Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, antes de sua submissão à Assembleia Geral;

VI - Deliberar sobre a emissão de ações ou outros valores mobiliários, respeitadas as competências da Assembleia Geral sobre o tema;

VII - Autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo não circulante, bem como a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

VIII - Escolher e destituir os auditores independentes, após recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário, quando houver;

IX - Discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e o Código de Conduta e Integridade dos agentes;

X - Supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que a Empresa está exposta, respeitadas as competências do órgão da Empresa que tratem da matéria, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XI - Estabelecer e aprovar a política de porta-vozes, visando eliminar o risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Empresa;

XII - Conduzir a avaliação de desempenho anual, individual e coletiva, dos membros da Diretoria Executiva, com base em critérios claros e objetivos, conforme detalhado no Título VI deste Regimento;

XIII - Aprovar e revisar periodicamente as políticas corporativas de maior relevância, incluindo, mas não se limitando a, Política de Gestão de Riscos, Política de Compliance e Anticorrupção, Política de Dividendos e Política de Transações com Partes Relacionadas;

XIV - Deliberar sobre os casos omissos no Estatuto Social, ad referendum da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO CONSELHO

Art. 16. Compete ao Presidente do Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições conferidas pelo Estatuto Social e pela legislação:

I - Convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, zelando pela ordem e produtividade dos trabalhos;

II - Definir a pauta das reuniões em conjunto com o Diretor-Presidente e a Secretaria do Conselho, assegurando que os temas estratégicos e de supervisão sejam prioritários;

III - Assegurar que os conselheiros recebam informações completas, claras e tempestivas sobre os itens da pauta, facilitando o processo decisório;

IV - Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno, assegurando a eficácia e o bom desempenho do colegiado;

V - Coordenar o processo de avaliação de desempenho anual da Diretoria Executiva;

VI - Atuar como principal interlocutor entre o Conselho de Administração e o Diretor-Presidente;

VII - Servir como principal ponto de contato com os coordenadores dos Comitês de Assessoramento, em especial o com o titular da área de Riscos e Conformidade, garantindo que suas recomendações e alertas sejam devidamente considerados pelo colegiado;

VIII - Organizar, com o apoio da Secretaria do Conselho e do Diretor-Presidente, um programa de integração e treinamento para novos conselheiros;

IX - Representar o Conselho de Administração perante a Assembleia Geral e outras partes interessadas.

Art. 17. O Presidente do Conselho de Administração será substituído, em suas faltas e impedimentos, por um conselheiro eleito para tal fim pela maioria dos demais membros.

CAPÍTULO III - DOS DIREITOS, DEVERES E DA GESTÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Art. 18. São deveres fundamentais de cada conselheiro, além daqueles previstos em lei e no Estatuto Social:

I - Dever de Diligência: Empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem probo e ativo costuma empregar na administração de seus próprios negócios, preparando-se

adequadamente para as reuniões e participando ativamente das discussões;

II - Dever de Lealdade: Agir sempre no melhor interesse da Empresa, abstendo-se de buscar vantagens pessoais ou para terceiros em detrimento da IplanRio;

III - Dever de Informar: Comunicar ao Conselho qualquer fato ou informação relevante de que tenha conhecimento e que possa influenciar as decisões do colegiado ou os negócios da Empresa;

IV - Dever de Sigilo: Manter estrita confidencialidade sobre todas as informações não públicas a que tenha acesso em razão do cargo, mesmo após o término de seu mandato.

Art. 19. É vedado aos conselheiros, entre outras proibições legais e estatutárias:

I - Intervir em qualquer operação social na qual tenha interesse conflitante com o da Empresa;

II - Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do cargo;

III - Receber de terceiros, sem autorização estatutária ou da Assembleia Geral, qualquer modalidade de vantagem, pessoal ou patrimonial, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo.

Art. 20. A gestão de conflitos de interesses seguirá um processo rigoroso e transparente, com o objetivo de resguardar a imparcialidade das deliberações do Conselho.

I - Declaração Inicial: No ato da posse, cada conselheiro deverá apresentar uma declaração formal de potenciais conflitos de interesse, detalhando suas participações societárias, vínculos profissionais ou familiares que possam interferir em sua isenção;

II - Dever de Atualização: O conselheiro tem o dever contínuo de atualizar sua declaração sempre que surgir uma nova situação de potencial conflito;

III - Declaração por Matéria: No início da discussão de qualquer item da pauta, especialmente aqueles envolvendo contratações, transações com partes relacionadas ou nomeações, cada conselheiro deverá manifestar-se expressamente sobre a existência ou não de conflito de interesses pessoal na matéria;

IV - Abstenção Obrigatória: Constatado o conflito de interesses, efetivo ou potencial, o conselheiro deverá abster-se de participar das discussões e deliberações sobre a matéria, devendo, preferencialmente, retirar-se do ambiente da reunião durante o tratamento do tema, que serão registrados em ata.

TÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO E DO PROCESSO DECISÓRIO

CAPÍTULO I - DAS REUNIÕES

Art. 21. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Empresa o exigirem.

Art. 22. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho ou pela maioria de seus membros, por meio de comunicação escrita ou eletrônica, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo a pauta detalhada dos assuntos a serem tratados.

§ 1º Em casos de urgência devidamente justificada, o prazo de convocação poderá ser dispensado, desde que haja a concordância unânime dos conselheiros.

§ 2º Será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros, independentemente das formalidades de convocação.

Art. 23. As reuniões serão realizadas preferencialmente na sede da Empresa, sendo permitida a participação e a realização de reuniões por meios telemáticos (videoconferência ou similar), desde que seja garantida a possibilidade de todos os membros se manifestarem e votarem.

CAPÍTULO II - DA PAUTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE SUPORTE

Art. 24. A pauta das reuniões será elaborada pela Secretaria do Conselho, sob a coordenação do Presidente, em consulta ao Diretor-Presidente, e dividida entre assuntos informativos, de discussão estratégica e de deliberação.

Art. 25. A documentação de suporte completa, referente a todos os itens da pauta que exijam deliberação, deverá ser disponibilizada aos conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data da reunião.

Parágrafo único. A documentação deverá ser clara, objetiva e suficiente para permitir uma análise aprofundada e uma tomada de decisão informada por parte dos conselheiros, cuja responsabilidade pela qualidade e tempestividade da informação é da Diretoria Executiva, com a supervisão da Secretaria do Conselho.

CAPÍTULO III - DO QUÓRUM E DAS DELIBERAÇÕES

Art. 26. O quórum para instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da maioria de seus membros.

Art. 27. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião, e, em caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração terá, além do seu voto pessoal, o voto de qualidade (desempate), conforme previsto no § 3º do artigo 18 do Estatuto Social.

Art. 28. O conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido sobre a matéria poderá pedir vista do processo antes de iniciada a votação.

Parágrafo único. O pedido será concedido, e o assunto será transferido para deliberação na reunião ordinária subsequente, salvo em casos de urgência justificada.

CAPÍTULO IV - DO REGISTRO DAS DELIBERAÇÕES

Art. 29. De cada reunião será lavrada uma ata no livro próprio, que deverá registrar de forma clara e sucinta os assuntos tratados, as pessoas presentes, as deliberações tomadas e o resultado das votações.

§ 1º O voto divergente poderá ser registrado na ata, a pedido do respectivo conselheiro.

§ 2º Um rascunho da ata deverá ser circulado pela Secretaria do Conselho a todos os membros para revisão e comentários em até 10 (dez) dias após o término da reunião, visando à sua aprovação e assinatura na reunião seguinte ou por meio eletrônico.

§ 3º As atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no registro do comércio e publicadas conforme a legislação aplicável.

TÍTULO V - DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

CAPÍTULO I - DOS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Art. 30. O Conselho de Administração poderá criar Comitês de Assessoramento, de caráter permanente ou temporário, para aprofundar a análise de matérias estratégicas e subsidiar suas decisões.

§ 1º A criação, composição, o regimento e as atribuições de cada comitê serão definidos por deliberação do Conselho de Administração.

§ 2º Os comitês não terão poder deliberativo, e suas recomendações e pareceres serão submetidos à apreciação e decisão do plenário do Conselho de Administração.

§ 3º A participação nos comitês não ensejará remuneração adicional aos conselheiros.

CAPÍTULO II - DA SECRETARIA DO CONSELHO

Art. 31. O Conselho de Administração será apoiado por uma Secretaria, conduzida por um profissional designado pelo Presidente e aprovado pela maioria do colegiado, que atuará como Secretário(a) do Conselho.

Art. 32. A Secretaria do Conselho é o órgão central de apoio à governança, sendo responsável não apenas pelo registro das atas, mas por garantir o cumprimento dos procedimentos e prazos estabelecidos neste Regimento, competindo ao(à) Secretário(a):

I - Organizar a agenda anual de reuniões e secretariar os trabalhos do Conselho;

II - Gerenciar o fluxo de informações entre a Diretoria Executiva e o Conselho, garantindo que a documentação de suporte atenda aos padrões de qualidade e tempestividade;

III - Lavrar as atas das reuniões e providenciar sua formalização;

IV - Manter sob sua guarda os livros e arquivos do Conselho;

V - Apoiar o Presidente na coordenação dos processos e na integração de novos conselheiros;

VI - Atuar como guardião dos processos de governança, orientando os conselheiros e a Diretoria sobre as normas deste Regimento e as melhores práticas aplicáveis.

TÍTULO VI - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E SUPERVISÃO ESTRATÉGICA

CAPÍTULO I - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL

Art. 33. Em cumprimento ao disposto na Lei nº 13.303/2016, o Conselho de Administração conduzirá, anualmente, um processo formal de avaliação de desempenho, com o objetivo de aferir a eficácia da gestão, promover a melhoria contínua e fortalecer a governança da Empresa.

Art. 34. O processo de avaliação abrangerá a Diretoria Executiva, em sua atuação coletiva, uma individual ou ambas.

Art. 35. A avaliação observará os seguintes quesitos mínimos, sem prejuízo de outros, a consecução dos objetivos e metas estabelecidos no plano de negócios e na estratégia de longo prazo; a contribuição para o resultado do exercício; e a eficácia dos atos de gestão praticados.

CAPÍTULO II - DA SUPERVISÃO DOS SISTEMAS DE RISCO, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS

Art. 36. Compete ao Conselho de Administração a supervisão estratégica da gestão de riscos, do

programa de compliance (conformidade) e do sistema de controles internos da Empresa, em conformidade com o artigo 18, II, da Lei nº 13.303/2016.

Art. 37. A supervisão do Conselho se dará por meio de:

I - Aprovação da Política de Gestão de Riscos e da apetite a riscos da Empresa, revisando-os periodicamente;

II - Recebimento e análise de relatórios periódicos das áreas de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, que compõem as linhas de defesa da organização;

III - Acompanhamento dos planos de ação para mitigação dos principais riscos identificados, incluindo riscos estratégicos, operacionais, financeiros, cibernéticos, regulatórios e de imagem;

TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I - DA REMUNERAÇÃO

Art. 38. A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente e o artigo 20 do Estatuto Social. É vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista na Assembleia Geral.

CAPÍTULO II - DAS ALTERAÇÕES DO REGIMENTO

Art. 49. O presente Regimento poderá ser alterado por deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração, por iniciativa de qualquer conselheiro ou de seu Presidente. A proposta de alteração deverá ser acompanhada de justificativa e distribuída a todos os membros juntamente com a convocação da reunião em que será deliberada.

CAPÍTULO III - DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE

Art. 40. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração, devendo ser amplamente divulgado e publicado no sítio eletrônico da Empresa, em seção de fácil acesso, como medida de transparência e boa governança.

Art. 41. Caberá à Secretaria do Conselho, com o apoio da Diretoria Executiva, distribuir um exemplar deste Regimento a todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como a cada novo membro no ato de sua posse.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho de Administração, observando-se a legislação aplicável e o Estatuto Social da Empresa.

Aprovado em Reunião do Conselho de Administração, em.